



Programa eleitoral

Eleições autárquicas de 11 de Junho de 2023

Differdange

Cidade da justiça social e ecológica

Cidade para crianças

Uma cidade onde todos podem viver bem juntos

Couragéiert.

Fir Transparenz!

**Courageux. Pour plus
de transparence !**

Courageous. Transparency now !



déi Lénk
DÉIFFERDENG

Para que as crianças cresçam numa cidade segura e saudável, com um futuro encorajador!

Nos últimos anos, Differdange voltou a adormecer. Passámos por uma série de crises e ainda estamos longe de as ultrapassar. Mas a reacção é mais do que moderada. Falta coragem, prevalece o medo de cometer erros e o dinheiro está a ser poupado em vez de investido. Entretanto, os grandes investimentos não foram feitos. Na habitação, todos os mármores foram colocados apenas no projecto Gravity. A Câmara Municipal não foi renovada nem ampliada e os serviços continuam dispersos. Differdange está a sufocar com o trânsito porque nada foi feito durante anos. O preço da água foi aumentado para todos, quer se trate apenas de cobrir as necessidades básicas ou de desperdiçar água. Não foi pedida a opinião dos cidadãos. Enquanto esquerda, opusemo-nos sempre que necessário. Não nos limitámos a criticar, pelo contrário, propusemos sempre alternativas credíveis. Voltamos a fazê-lo com este programa, mas também vamos mais longe: convidamos todos a contribuir com as suas ideias. É por isso que lançámos a plataforma participativa em linha www.decidiff.lu. Aqui pode trocar ideias connosco e apresentar as suas próprias ideias. É assim que imaginamos uma gestão participativa e corajosa dos assuntos municipais.

déi Lénk Déifferdeng é uma equipa de pessoas que, por diferentes razões e com diferentes biografias e experiências, estão politicamente envolvidas de várias formas. Todas elas estão ligadas por um único objectivo: trabalhar em conjunto para uma sociedade mais igualitária, mais saudável, mais livre e mais justa. Em Differdange, déi Lénk trabalha para a política de esquerda e empenha-se em todos os domínios e a todos os níveis para :

- uma sociedade mais justa e, por conseguinte, para a redução das desigualdades sociais, económicas, culturais e de género;
- um modo de produção e de consumo ecológico e saudável, livre da lógica capitalista;
- ampla participação democrática em todo o lado e contra todas as formas de dominação.

Estes objectivos guiam-nos também na nossa política municipal.

A autarquia local pode optar por projectos mais ecológicos para melhorar a qualidade de vida, proteger o ambiente e a biodiversidade em benefício de todos e tomar medidas concretas contra as alterações climáticas.

A autarquia local decide, pelo menos em parte, sobre vários impostos e taxas, podendo assim contribuir para uma redistribuição mais justa da riqueza. Graças ao seu orçamento, a colectividade local pode concentrar-se na política social e educativa, na oferta cultural e no reforço da participação social de todas as crianças e adultos.

As colectividades locais podem desempenhar um papel decisivo na luta contra a falta de habitação (nomeadamente a acessível a pessoas com rendimentos modestos) e devem, por conseguinte, assumir as suas responsabilidades.

É precisamente a nível municipal, mais do que em qualquer outro lugar, que a participação política e a transparência das decisões políticas são possíveis.

Sim, os municípios podem - e devem - ajudar a formar e a fazer avançar contrapesos eco-socialistas numa sociedade capitalista! Para isso, são necessárias pessoas que o queiram fazer e que estejam a trabalhar nesse sentido.

Neste programa eleitoral para Differdange, desenvolvemos, em três capítulos principais, uma crítica societal de esquerda e uma prática política alternativa. Num quarto capítulo, propomos uma visão global para Differdange que poderá orientar a revitalização do município a todos os níveis sociais, comerciais, urbanísticos e educativos: "Kannerstad Déifferdeng - Differdange, a cidade das crianças".

Índice

GLOSSÁRIO

.....	5
1) Melhorar a mobilidade	7
2) Uma política energética sustentável	9
3) Protecção do ambiente.....	10
4) Desenvolvimento de espaços públicos e urbanização inclusiva e sustentável.....	12
B) DEMOCRACIA NA COMUNIDADE	14
1) Participar na tomada de decisões	14
2) Uma política municipal transparente.....	14
3) Igualdade de oportunidades na comunidade	17
4) Reforçar a inclusão social e a convivência	18
5) Contra a privatização dos serviços municipais.....	19
C) POLÍTICA SOCIAL DO MUNICÍPIO.....	19
1) Uma política fiscal social e justa para as colectividades locais.....	20
2) Habitação a preços acessíveis para todos	21
3) Uma política social para a educação	22
4) A vida estudantil em Differdange, uma oportunidade para a cidade	25
5) Envolvimento de todos na comunidade: das crianças aos idosos.....	26
6) Uma política de luta contra a pobreza e a exclusão nas colectividades locais	27
7) Melhores condições de trabalho	28
8) Uma política cultural participativa.....	29
9) Maior segurança graças a um sistema social que funciona.....	31
D) "KANNERSTAD DEIFFERDENG" - uma visão global para revitalizar a cidade.....	32
1) Postura e atitude	32
2) Kannerbüro	33
3) Habitação	33
4) Mobilidade	33
5) Intergeracional	33
7) Áreas naturais para desenvolvimento em total liberdade	35
8) Espaços abertos	35
9) Turismo	35
10) Gastronomia.....	35
11) Retalho.....	36
12) Cultura.....	36

13) Cultura e integração	36
14) Design4all	37
15) Áreas de lazer	37
16) Acolhimento de crianças.....	37
17) Assistentes parentais, "Bébé+" e creches.....	38
18) Promover e alargar as boas iniciativas existentes.....	38
19) Confiança e responsabilidade para uma maior participação.....	38
20) Departamento transdisciplinar "Cidade para as Crianças	39

GLOSSÁRIO

Carsharing: O carsharing é a utilização partilhada e organizada de automóveis. Defendemos uma rede de carsharing financiada e gerida pelo Estado (ver TICE ou VÈIOK) que disponibilize um automóvel aos residentes, reduzindo assim o número de veículos por agregado familiar sem qualquer perda de mobilidade.

Centre d'Initiative et de Gestion Local (CIGL): O principal objectivo desta organização sem fins lucrativos, apoiada pelas autoridades locais, é tornar os cidadãos desempregados "empregáveis" no mercado de trabalho. É por isso que não são contratados numa base permanente, mas apenas por um curto período de tempo. Fazem pequenos trabalhos para os idosos (pequena oficina).

Imposto comercial (ICC): O imposto comercial é cobrado sobre uma parte dos lucros das empresas. A taxa de 3% é multiplicada por uma taxa fixada pelos próprios municípios. O município do Luxemburgo, por exemplo, pratica o dumping fiscal para atrair as empresas, fixando uma taxa de apenas 225%. De um modo geral, verifica-se uma tendência para a diminuição da taxa sobre as empresas. Além disso, as autarquias têm de se confrontar com o sigilo fiscal, que as impede de saber o que pagam efectivamente as empresas instaladas na sua zona.

LGBTIAQ+: L significa "Lésbica", G significa "Gay", B significa "Bissexual", T significa "Trans", Q significa "Queer", I significa "Intersexo", A significa "Assexual" ou "Aromântico" e + inclui os muitos outros termos utilizados para designar o género e a sexualidade.

PAG: O "plano geral de ordenamento" do município determina a utilização das superfícies, nomeadamente para a habitação, a instalação de zonas de actividades, de zonas verdes ou a criação de estradas. O PAG é, portanto, o principal instrumento de desenvolvimento municipal.

Parceria público-privada (PPP): A "parceria público-privada" é uma privatização parcial dos serviços municipais como instrumento do neoliberalismo. Por exemplo, a venda da antena colectiva à ELTRONA pelo colégio de vereadores CSV/Verts antes de 2005 resultou em preços mais elevados para os assinantes e numa perda de receitas e de controlo para o município. No entanto, o município continua a ser o garante do negócio, caso este deixe de ser rentável para o sector privado.

Smart grid: Rede de distribuição de electricidade dita "inteligente" que utiliza tecnologias informáticas e de telecomunicações para otimizar o transporte de energia dos pontos de produção para os pontos de distribuição. Estas redes deverão, assim, facilitar a adequação da oferta e da procura entre os produtores de electricidade (nomeadamente de energias renováveis) e os consumidores.

A) PROTECÇÃO DO AMBIENTE

A devastação do ambiente natural (parcelamento da paisagem, perda da biodiversidade e dos recursos naturais, catástrofe climática) coloca enormes desafios à humanidade. Por conseguinte, precisamos de uma política diferente e mais coerente, baseada em critérios sustentáveis que respeitem o ambiente.

No entanto, as medidas efectivas para um desenvolvimento urbano e rural sustentável, contra o crescimento desenfreado dos lucros, são persistentemente bloqueadas por uma coligação próxima dos seus interesses, constituída por grandes proprietários de terras, usurários imobiliários, bancos e multinacionais, bem como pelos seus aliados políticos e administrativos, que são co-responsáveis pelos problemas existentes.

Para déi Lénk, o desenvolvimento municipal sustentável implica uma interacção entre a influência pública, a participação dos cidadãos e a criação de condições de enquadramento através de decisões políticas, de modo a que possam ser estabelecidos sotaques ecológicos essenciais e que os bloqueios sistémicos possam ser desafiados e quebrados.

1) Melhorar a mobilidade

É precisamente no domínio dos transportes que podemos constatar que as autarquias locais podem dar um impulso importante. A introdução de transportes públicos gratuitos criou uma condição prévia importante para a sua democratização. Além disso, déi Lénk pretende atingir os seguintes objectivos

1. Desenvolver um plano de mobilidade sustentável que integre todas as formas de transporte para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, melhorar a qualidade de vida e a segurança, reduzir as desigualdades através de um maior acesso, promover a saúde pública e melhorar a circulação das pessoas; este plano terá em conta todas as formas de transporte público e incluirá melhorias para os transportes públicos, a partilha de automóveis, a mobilidade suave, a sinalização, as deslocações e o estacionamento ;
2. Expandir e melhorar os serviços de transportes públicos, incluindo autocarros nocturnos e autocarros a pedido;
3. Manter os transportes públicos sob controlo local. Não subcontratar serviços públicos a prestadores privados e promover a remunicipalização de serviços subcontratados, como o Diffbus (actualmente explorado por uma empresa privada);
4. Proteger os trabalhadores recrutando-os ao abrigo do estatuto público;
5. Transformar a estação de Differdange numa estação multimodal, reunindo os serviços de mobilidade suave (TICE, Diffbus, RGTR, etc.) que se encontram actualmente dispersos no centro da cidade de Differdange;
6. Prolongar as linhas de eléctrico até Differdange (ponto final da extensão actualmente prevista para Belvaux);

7. Incentivar uma melhor coordenação entre os autocarros locais e os comboios e introduzir "vaivéns" especiais;
8. Desenvolver sistematicamente uma rede de ciclovias seguras que cubra todo o município; construir ciclovias rápidas intermunicipais para ligar o nosso município às ciclovias nacionais PC6 e PC8;
9. Proporcionar percursos pedonais seguros (incluindo para os ciclistas);
10. ←→ Criar um serviço de "bike-bus" e "pedibus" (deslocação em bicicleta ou a pé) para cobrir as deslocações das crianças mais pequenas para a escola/creche/base de acolhimento; este serviço incluiria acompanhantes pagos;
11. Alargar a rede de bicicletas gratuitas (Vël'OK);
12. Desenvolver uma dinâmica local em torno do ciclismo, ligando ou mesmo alargando a oferta existente (aulas de ciclismo nas escolas básicas, Vëlosschoul, Vëlosbutték, etc.);
13. Disponibilizar suportes e abrigos para bicicletas nas paragens de comboio e autocarro e nos bairros;
14. Aplicar conceitos comunitários de acalmia do tráfego e de limitação da velocidade por razões de segurança, de ambiente, de poupança de energia e, sobretudo, de saúde;
15. Desenvolver sistematicamente centros urbanos sem automóveis, com parques de estacionamento colectivos gratuitos à entrada da cidade; alargar os parques de estacionamento existentes (por exemplo, o parque de estacionamento da Rue de l'Hôpital, o parque de estacionamento nas instalações do hospital de Niederkorn, perto da Rue de Longwy) ou converter os parques de estacionamento "selvagens" (por exemplo, em frente ao antigo Beckleck) em parques de estacionamento de vários andares; ligar estes parques de estacionamento colectivos às redes de autocarros existentes (Diffbus, TICE, RGTR) através de autocarros regulares. Ligar estes parques de estacionamento de alimentação às redes de autocarros existentes (Diffbus, TICE, RGTR) através de vaivéns regulares e, se necessário, criar faixas seguras (para peões e ciclistas) para facilitar o acesso aos centros através da mobilidade suave;
16. Criar um sistema público único de partilha de automóveis para todos os municípios do país. Criar lugares de estacionamento reservados para estes carros partilhados nos bairros e aldeias;
17. Promover e até criar um sistema de partilha de automóveis.

2) Uma política energética sustentável

A política energética sustentável dos municípios deve ser orientada por critérios democráticos, sociais e ecológicos. Já hoje, as tecnologias de energias alternativas podem cobrir o consumo de electricidade de uma cidade e reduzir a influência das grandes centrais eléctricas. Não devemos esperar que os grandes grupos estejam prontos para inovar, mas sim agir a nível municipal:

1. Analisar o potencial de produção de energia a partir de combustíveis não fósseis nos domínios da energia fotovoltaica, da energia eólica e, eventualmente, da energia hídrica;
2. Instalar painéis fotovoltaicos em todos os edifícios propriedade do município (sempre que possível);
3. Iniciar a produção de energias alternativas sob controlo público e incentivar iniciativas descentralizadas de produção de energias alternativas, individuais e cooperativas; promover redes públicas de aquecimento urbano nos novos bairros e, progressivamente, nos bairros mais antigos;
4. Ligar as autoridades locais às redes inteligentes sob controlo público centralizado, em conformidade com o novo princípio constitucional da autodeterminação informativa, tal como proposto por Déi Lénk e aceite durante a primeira votação no Parlamento;
5. Aconselhamento sistemático dos habitantes e das empresas em matéria de energia e de protecção do ambiente, com ênfase em medidas de isolamento eficazes; recurso à experiência da "Klima-Agency" para elaborar um plano de renovação energética sucessiva dos antigos edifícios residenciais e comerciais do município; contacto com os proprietários e inquilinos; concessão de subsídios em função dos rendimentos e aconselhamento durante os trabalhos;
6. Envolver as autoridades locais na procura de um actor público capaz de pré-financiar os trabalhos de renovação e de conceder subsídios e empréstimos a fundo perdido, com base no rendimento disponível e tendo em conta os custos de energia economizados;
7. Uma vez que a energia é também um direito fundamental, temos de desempenhar um papel activo na luta contra a crescente pobreza de combustível: identificando e listando as pessoas que têm dificuldade em pagar as suas contas de energia e de água; orientando as pessoas que poderiam beneficiar das medidas de solidariedade existentes e das subvenções para poupança de energia para isolamento e compra de novos electrodomésticos; oferecendo assistência proactiva;
8. Lançar campanhas de informação alargadas através das publicações municipais disponíveis e de publicações especiais dirigidas a todos os agregados familiares em várias línguas e em linguagem acessível; aumentar e adaptar os subsídios a nível municipal, tendo em conta o aumento maciço dos preços da energia;
9. Abandonar sistematicamente a utilização da energia nuclear;

10. Estabelecer critérios mínimos de eficiência energética nos regulamentos municipais de construção (medidas de poupança de energia e promoção das energias renováveis);
11. Manter a produção e o fornecimento de energia (gás e electricidade) e, em particular, as redes de energia em mãos públicas sob controlo democrático, também pelos utilizadores;
12. Adaptar os estatutos municipais para limitar os preços dos serviços energéticos para as necessidades básicas, nos casos em que a fixação de preços é da responsabilidade dos municípios (por exemplo, SUDenergie);
13. Incentivar a utilização obrigatória de energias exclusivamente renováveis nos novos edifícios do município;
14. Estabelecer objectivos anuais claros para a redução do consumo e das emissões de CO2. A cidade de Differdange deve tornar-se um actor sério na redução das emissões de CO2 e atingir os objectivos do pacto climático e do projecto europeu "net zero cities" (ver abaixo).

3) Protecção do ambiente

Desde Março de 2023, Differdange participa num novo projecto europeu que visa alcançar a neutralidade carbónica até 2030 (net zero cities). Trata-se de um objectivo ambicioso, uma vez que o Luxemburgo só deverá atingir a neutralidade carbónica em 2050. Para o único município participante do país, a responsabilidade é enorme. Mas sem coragem política, este projecto fracassará. Para Déi Lénk, isto equivale a :

1. Aplicar sistematicamente o princípio do "poluidor-pagador" em caso de danos ecológicos; criar um ponto de contacto específico a nível das autoridades locais para a comunicação de danos ecológicos observados;
2. Envidar esforços contínuos para melhorar a qualidade do ar e do solo e, assim, preservar a saúde e a qualidade de vida dos residentes locais;
3. Proteger, manter e desenvolver as zonas de lazer locais existentes;
4. Plantar centros urbanos e praças públicas com plantas indígenas de elevado valor ecológico; aconselhar os agregados familiares sobre a concepção dos seus espaços verdes; disponibilizar sementes e plantas;
5. Inverter a tendência para os jardins de gravilha nos regulamentos de construção;
6. Renaturalizar os cursos de água e monitorizar continuamente a qualidade da água;
7. Eliminar a utilização de pesticidas nas instalações públicas;
8. Introduzir uma proibição da utilização de pesticidas e outros poluentes no município e tomar as medidas adequadas em caso de infracção, em colaboração com as autoridades competentes;
9. Aplicar medidas eficazes contra a poluição luminosa ;
10. Reflorestar a floresta que é propriedade do município de acordo com critérios sustentáveis; desenvolver uma estratégia de acordo com os proprietários privados;

11. Lançar campanhas de informação e de sensibilização sobre as paisagens naturais das comunidades locais;
12. Os impostos sobre a água devem ser escalonados de acordo com o consumo; uma quantidade básica deve ser gratuita;
13. Investir na rede de distribuição de água para evitar fugas ;
14. Elaborar um plano de acção para a instalação de tanques de recuperação de águas pluviais nos edifícios municipais;
15. Fornecer apoio financeiro para a construção de tanques privados de recolha de águas pluviais e de meios técnicos de poupança de água potável;
16. É obrigatório prever um espaço para as bacias de recolha das águas pluviais, para as condutas duplas de água, bem como para as coberturas verdes. Estes elementos devem ser regulamentados no PAG e/ou nos regulamentos de construção;
17. Criar espaços públicos nos bairros/localidades onde as pessoas possam viver em conjunto, se possível sem automóveis, com parques infantis, pequenos parques e pequenas hortas públicas;
18. Promover projectos de hortas comunitárias, loteamentos e culturas urbanas de frutas e legumes com a participação activa dos cidadãos e de organizações especializadas (por exemplo, CTF);
19. Associar as subvenções e subsídios do município às associações que organizam eventos à condição de respeitarem, tanto quanto possível, os critérios do rótulo "Green Events" (um rótulo que certifica a realização de um evento sustentável);
20. Apoiar o consumo sem embalagem, ou com embalagem reutilizável, nos terrenos das autarquias locais (por exemplo, a "Eco-Box");
21. Promover e organizar serviços de entreaajuda ou de economia solidária que conservem os recursos (Repair Cafés, lojas de segunda mão, empréstimo de equipamento), tornando-os acessíveis a todos (conceito de estabelecimento de terceiros).

4) Desenvolvimento de espaços públicos e urbanização inclusiva e sustentável

O desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável e a actualização consistente dos espaços públicos são pré-requisitos básicos para o desenvolvimento urbano sustentável. O município deve assumir plena responsabilidade e autoridade pelo planeamento urbano e restringir a influência dos proprietários e promotores comerciais privados. Isto significa que :

1. A visão de "Kannerstad Déifferdeng" - Differdange uma cidade para as crianças (pormenores na quarta parte deste programa) deve ser um princípio orientador do planeamento;
2. O espaço público não deve ser privatizado;
3. Deve ser elaborado um plano de desenvolvimento a médio e longo prazo com a participação da população;
4. O impacto social e ambiental do planeamento do desenvolvimento deve ser avaliado em todas as decisões e projectos importantes;
5. O município deve tomar todas as medidas para garantir que todas as pessoas (nomeadamente as que têm necessidades especiais) possam circular e ter acesso a todos os locais abertos ao público (ver também a lei de 7 de Janeiro de 2022 sobre a acessibilidade a todos os locais abertos ao público, às vias públicas e aos edifícios de habitação colectiva);
6. Os projectos de construção de habitações não devem contribuir para a dispersão de futuras construções no município;
7. Na medida do possível, a autarquia local deve criar os seus próprios espaços comerciais e alugá-los a empresas comerciais (locais) a um preço reduzido; isto também pode ser feito sob a forma de "lojas pop-up", que são depois oferecidas a empresas recém-criadas numa base de aluguer de curta duração;
8. Devem ser criadas lojas comunitárias locais, inspiradas nos modelos da "Eis Epicerie" em Soleuvre e da Casa de Transição "Mesa" em Esch-sur-Alzette, começando por trabalhar com a população local para identificar as necessidades locais mais importantes (padaria, talho, queijaria, livraria, etc.);
9. O mercado semanal precisa de ser revitalizado, reintroduzindo-o todos os sábados e organizando eventos regulares, incluindo para crianças, para tornar o mercado mais atractivo e simpático;
10. A curto prazo, a colectividade local deveria valorizar os espaços (comerciais) de que é proprietária e que estão actualmente vazios (Lommelshaff, Maison Moderne, etc.);
11. A autarquia local deve encorajar e apoiar os estabelecimentos comerciais que desejem criar cantinhos para crianças, pontos de encontro ou qualquer outra ideia inovadora destinada a favorecer a interacção entre os clientes;
12. As terras agrícolas pertencentes às colectividades locais não devem ser cedidas à indústria agro-alimentar, mas sim reservadas às explorações familiares ou cooperativas locais;

13. O planeamento do desenvolvimento deve fazer parte de um quadro regional transfronteiriço;
14. A geminação com as nossas cidades parceiras deve ser relançada e desenvolvida, e a cooperação baseada na solidariedade deve ser posta em evidência. Concretamente, devem ser lançados projectos-piloto financiados pelos programas da União Europeia, e subvenções específicas devem apoiar as actividades das nossas associações locais que se dirigem às nossas cidades geminadas;
15. Devem ser encorajadas as iniciativas de apoio a projectos Norte-Sul ou Sul-Sul; as iniciativas apoiadas no âmbito de "Déifferdeng, eng Stad hëlleft" devem ser mais bem promovidas a nível das autarquias locais (conferências, exposições, etc.);
16. Devem ser envidados esforços para preservar o património arquitectónico e urbano e garantir que o antigo e o novo se misturam harmoniosamente;
17. O Château de Differdange, classificado como monumento histórico, deve continuar a ser habitado para fins de utilidade pública. O anexo da Universidade de Miami está bem implantado no local e esta localização deve ser analisada caso a universidade pretenda expandir-se. A longo prazo, a cidade deveria comprar o castelo e exercer o seu direito de preferência;
18. O nosso património cultural industrial deve ser preservado e os testemunhos do nosso passado siderúrgico devem ser conservados (Groussgasmachinn, Fond-de-Gras, 1535° Creative Hub...);
19. A entrada da mina de Thillenbiere encontra-se em mau estado de conservação e constitui uma parte subvalorizada do nosso património. Este local muito agradável será valorizado, nomeadamente através da sua renovação;
20. Devem ser desenvolvidos projectos que recordem as atrocidades do regime nazi e a história da colaboração e da Resistência. A iniciativa "Stolpersteine" de erigir lápides em locais de memória da perseguição dos judeus no nosso município deve ser prosseguida e deve continuar a servir para recordar os crimes contra a humanidade - contra as crescentes tendências fascistas, racistas e xenófobas;
21. As zonas inundáveis devem ser evitadas em futuros projectos de desenvolvimento urbano e as disposições regulamentares devem ser revistas à luz das alterações climáticas;
22. O acesso à natureza deve ser garantido em todos os novos projectos de desenvolvimento urbano (parques, ecologização de ruas e praças, transportes públicos para as florestas próximas).

B) DEMOCRACIA NA COMUNIDADE

1) Participar na tomada de decisões

A participação na tomada de decisões sociais por parte de todos os cidadãos que vivem no município é uma condição básica para o bom funcionamento de uma comunidade. Para déi Lénk, trata-se de dar forma concreta a esta participação democrática e de a implementar no município a todos os níveis. É por isso que déi Lénk se compromete a :

1. Participação dos cidadãos na elaboração do orçamento municipal sob a forma de um orçamento participativo dos cidadãos (disponibilização de um orçamento para a realização de um projecto dos cidadãos);
2. Informação e intercâmbio contínuo com a população durante o desenvolvimento de grandes projectos;
3. A introdução de processos de participação dos cidadãos em todos os grandes projectos e decisões;
4. Para reforçar ainda mais a imagem positiva da autarquia junto dos cidadãos: toda a correspondência será objecto de um aviso de recepção, o mais tardar após 2 semanas, ou de uma resposta às perguntas e críticas, incluindo a pessoa e o endereço de contacto e a data da resposta final. Se não for recebida uma resposta no prazo anunciado, o cidadão terá direito a um bilhete para a cultura ou para a piscina;
5. Envolvimento dos cidadãos no planeamento conceptual, através da introdução de fóruns comunitários sobre aspectos sociais importantes e questões para o futuro ("assises sociales", "assises culturelles", fóruns de jovens, etc.), seguidos de um relatório pormenorizado a enviar a todas as famílias envolvidas;
6. Incluir as crianças e os jovens no processo democrático, dando-lhes competências concretas, analisando as suas exigências e ideias e integrando-as no planeamento municipal, por exemplo através de um "Kannerbüro" e de um "Jugendbüro". Estes fóruns de encontro, de informação e de apoio às crianças e aos jovens não copiam necessariamente o modelo do "conselho local" e aplicam-no às crianças e aos jovens, respectivamente, mas exploram com os jovens as melhores formas de participação (fazer parte do comité consultivo para a juventude, ser apoiado na realização de projectos, ter trocas de pontos de vista com os conselheiros locais, etc.);
7. Reuniões anuais de informação e de consulta em todas as localidades sobre as obras de infra-estruturas previstas para o ano seguinte, seguidas de um relatório pormenorizado a enviar a todos os agregados familiares interessados;
8. A introdução de comités de cidadãos em todas as localidades, com base no princípio do sorteio e com competências fixas;
9. A criação de uma localidade por comunidade para permitir que todos se encontrem, troquem e se expressem sobre questões políticas.

2) Uma política municipal transparente

As decisões tomadas pelos conselhos locais e pela administração local devem ser transparentes e democráticas, tanto a nível institucional como nas relações com os cidadãos. Isto exige :

1. Dotar o conselho local de um "código deontológico" que obrigue os eleitos a declarar os seus interesses financeiros (cf. Câmara dos Deputados), a fim de evitar potenciais conflitos de interesses no futuro;
2. O envolvimento de todos os membros do conselho local desde o início e durante todo o processo de implementação de projectos de grande escala;
3. O relatório de síntese das reuniões do Conselho Municipal ou o relatório completo são postos à disposição do público o mais rapidamente possível, pelo menos com uma tradução para francês;
4. Transmissão directa em vídeo (via Internet) de toda a reunião do Conselho Local, com tradução directa para francês;
5. Páginas Web sem barreiras (acessíveis a cegos e amblíopes; formulações em linguagem acessível);
6. A participação consistente (obrigatória, regulada por um quórum mínimo) dos cidadãos e das organizações interessadas nos trabalhos dos comités consultivos. A participação deve ter lugar logo após as eleições, através de apelos públicos e do recrutamento activo de organizações locais. Deve também ser oferecida uma introdução (e/ou formação) sobre o tema do comité. Se estiverem envolvidos partidos políticos, todos os partidos do conselho local devem estar representados;
7. Acesso do público aos relatórios dos comités consultivos, com excepção dos que tratam de assuntos pessoais ;
8. Pareceres ou recomendações do Comité sobre futuros projectos municipais, que devem ser tomados em consideração e aplicados, na medida do possível, pelo Colégio de Vereadores. Se tal não for possível, o Colégio de Vereadores deve justificar o facto perante o Conselho Local e a Comissão;
9. Os pareceres ou recomendações das autoridades superiores (por exemplo, Commission à l'Aménagement du Territoire, Administration de l'Environnement), que devem ser solicitados para os diferentes projectos municipais (por exemplo, projecto de construção/plano especial de desenvolvimento), devem ser tidos em conta e aplicados na medida do possível pelo Colégio de Vereadores. Se tal não for possível, o Colégio de Vereadores deve justificar o facto junto da Câmara Municipal;
10. A criação de órgãos consultivos públicos interpartidários para evitar o "favoritismo" (por exemplo, na política de recrutamento);
11. A obrigação do Colégio de Vereadores e da administração de informar o Conselho Local, o público e os cidadãos interessados;
12. Elaboração de uma carta comunal dos direitos cívicos que regule as relações entre a administração comunal e os cidadãos em matéria de consulta sobre os assuntos comunais, de circulação da informação, de queixas, etc;

13. Um direito institucionalizado de recurso e de proposta para os indivíduos, as associações e os grupos de cidadãos;
14. Melhorar o trabalho administrativo através da organização de fóruns com o pessoal para discutir as tarefas e os objectivos dos vários serviços e a sua proximidade com os cidadãos;
15. Gabinetes de atendimento ao cidadão em todos os grandes municípios, com horários de funcionamento adaptados às necessidades dos cidadãos;
16. Enviar, o mais rapidamente possível, uma resposta a todas as perguntas dirigidas à Câmara Municipal por cidadãos ou associações locais.

3) Igualdade de oportunidades na comunidade

A democracia é impensável sem igualdade de oportunidades. A luta pela igualdade de direitos para todos desempenha também um papel decisivo a nível municipal. déi Lénk compromete-se, portanto, a :

1. Uma actualização do plano municipal para a igualdade entre mulheres e homens, que não se limita à área administrativa interna do município, mas abrange todas as áreas do município;
2. Igualdade de representação nos comités municipais ;
3. Elaboração de um orçamento municipal que vise a igualdade entre homens e mulheres (gender budgeting), com planos de acção para colmatar eventuais lacunas.
4. e avaliações regulares destes planos de acção;
5. A atribuição de nomes às ruas e praças deve ter em conta as mulheres merecedoras do Luxemburgo e de todo o mundo, a fim de compensar gradualmente a presença desigual das mulheres no espaço público;
6. A participação de todo o pessoal municipal em acções de formação sobre o tema da igualdade entre homens e mulheres, em especial o pessoal que trabalha nas estruturas de acolhimento de crianças e na comunicação com o exterior;
7. Respeito pelos direitos e preocupações das pessoas LGBTIAQ+;
8. Melhor reconhecimento e apoio ao comité participativo para pessoas com necessidades especiais. O seu trabalho deve ser transparente para o conselho local e para o público em geral, por exemplo, através de um relatório apresentado ao conselho local pelo menos uma vez por ano;
9. O Departamento de Igualdade, que deve continuar a analisar e a abordar a situação das pessoas com mobilidade reduzida ou dos idosos numa perspectiva de igualdade, com o objectivo de detectar as discriminações e de as remediar com acções concretas. Necessitará de um maior apoio dos responsáveis políticos e de todos os serviços municipais em geral;
10. Melhorar os equipamentos públicos, os acessos, os pavimentos e as passadeiras para os tornar acessíveis às pessoas com mobilidade reduzida;
11. A instalação de zonas de estacionamento reservadas às mulheres, bem iluminadas, junto às entradas e saídas dos grandes parques de estacionamento (Parc des Sports, Funicular, Arbed Niederkorn, etc.);
12. Cumprimento da percentagem de pessoas com deficiência no quadro de pessoal da administração municipal, tal como exigido por lei.

4) Reforçar a inclusão social e a convivência

Reduzir activamente todas as barreiras que impedem as mulheres não luxemburguesas de participar plenamente em todas as esferas da sociedade (social, cultural, educativa, voluntária, política, etc.) representa um desafio democrático importante para o nosso município. A sua participação na vida social e política é essencial e a discriminação existente deve ser abolida. Para o conseguir, déi Lénk gostaria de :

1. Alargar a política de informação e comunicação multilingue da autarquia local sobre os serviços que oferece (por exemplo, em português, farsi, árabe, italiano, servo-croata, etc.);
2. Reforçar a cooperação entre a administração municipal e os representantes das organizações de estrangeiros, nomeadamente no âmbito da comissão municipal de integração;
3. Incentivar a participação de cidadãos estrangeiros nos comités consultivos (através de um quórum mínimo) e torná-los inclusivos em conformidade (em termos de linguagem corrente);
4. Disponibilizar sistematicamente traduções nas reuniões de informação ao público;
5. Criar um "Fórum da Cidadania" para analisar as necessidades dos cidadãos e elaborar planos de acção;
6. Apoiar organizações no desenvolvimento de projectos interculturais ou na promoção de trabalho sociocultural comunitário;
7. Participe no "Pakt vum Zesummeliewen" lançado pelo Ministério da Família e da Integração em conjunto com o SYVICOL (Syndicat de toutes les communes au Luxembourg);
8. Elaborar um "Plano Municipal de Inclusão Social e Convivência";
9. Apoiar e promover as celebrações e iniciativas do bairro;
10. Adoptar medidas específicas para os refugiados (cursos de línguas e de alfabetização, participação na vida da comunidade);
11. Renovar o mais rapidamente possível as instalações de acolhimento e de alojamento dos requerentes de protecção internacional (rue de l'Hôpital e Centre Noppeney);
12. Criar uma infra-estrutura regional ou intercomunitária de apoio às pessoas que fugiram do seu país e às organizações de apoio ;
13. Organizar mesas redondas sobre inclusão social e vida em comum a nível local ou regional;
14. Realizar acções preventivas contra o racismo e todas as formas de xenofobia;
15. Tornar a interculturalidade visível no espaço público ;
16. Criar mais habitações adaptadas a pessoas com deficiência.

5) Contra a privatização dos serviços municipais

As autoridades públicas são o garante de uma participação igualitária e democrática na vida social através do "serviço público". A participação democrática é possível quando os serviços não são organizados numa base comercial, mas de acordo com as necessidades. É por esta razão que Déi Lénk se opõe à privatização aberta ou progressiva dos serviços públicos, o que significaria, entre outras coisas, a supressão da influência e do controlo democráticos. Pelo contrário, os serviços colectivos devem ser alargados, geridos de forma transparente e com a participação dos utentes. Isto significa que:

1. Não confiar os serviços públicos a empresas privadas e reintegrar os serviços externalizados no serviço público;
2. Remunicipalização dos serviços públicos privatizados, nomeadamente nos domínios da energia, dos resíduos e dos transportes públicos (incluindo a piscina Aquasud, a Diffbus e a gestão do parque de reciclagem);
3. Incentivar a utilização de software livre e de fonte aberta para equipar os sistemas informáticos dos serviços municipais e romper com a dependência das grandes empresas tecnológicas, que estão a criar monopólios. Desta forma, o desenvolvimento deste tipo de software será fortemente apoiado e as competências e a autonomia neste sector serão reforçadas no Luxemburgo e nos seus municípios;
4. Investimentos das autarquias locais que não devem ser financiados por PPP (parcerias público-privadas) - que, na maioria dos casos, equivalem a uma privatização parcial (cf. Aquasud) - mas devem ser realizados pelas próprias autoridades públicas;
5. Rejeitar o princípio da recuperação dos custos dos serviços públicos. É evidente que os utilizadores finais pagam todos os custos. No entanto, as mulheres utilizadoras são fundamentalmente desiguais em termos das suas oportunidades de participação. A recuperação dos custos significa exclusão dos serviços. A gratuidade significa a abertura dos serviços, como é o caso dos transportes públicos gratuitos. A política fiscal local deve basear-se neste princípio, pelo menos com tarifas graduais que tenham em conta a utilização parcimoniosa dos recursos. Os direitos sociais universais não devem ser substituídos, por princípio e de forma permanente, por uma política social selectiva ("política dos pobres");
6. Os serviços públicos devem também estar abertos à crítica. Criar fóruns institucionalizados de utilizadores dos serviços públicos, que contribuam para a sua melhoria através das suas propostas e críticas;
7. Preservar e desenvolver os activos imobiliários da comunidade;
8. Os custos de recuperação devem ser suportados pelo antigo operador industrial, de acordo com o princípio do "poluidor-pagador". A transferência do terreno para o município deve, em princípio, ser gratuita.

C) POLÍTICA SOCIAL DO MUNICÍPIO

As colectividades locais devem assumir o seu papel no desenvolvimento social, que não pode ser reduzido a uma política mais ou menos caritativa e paternalista. Não podem transferir esta responsabilidade para os serviços sociais, o Estado ou a boa vontade do sector privado. Para garantir um desenvolvimento social coerente e mais igualitário, devem dotar-se de instrumentos eficazes: serviços de desenvolvimento social, relatórios sociais, conferências sociais, coordenação sistemática de todos os actores do sector social. Os municípios devem assegurar uma ampla participação democrática, nomeadamente das pessoas e das instituições interessadas. A competência dos municípios em matéria de política de desenvolvimento social deve ser explicitamente consagrada na lei municipal.

1) Uma política fiscal social e justa para as colectividades locais

As autoridades locais e os seus cidadãos são os primeiros a serem confrontados com os efeitos das crises sociais. Embora não possam, por si sós, assumir a responsabilidade pela mudança social e dominar os seus males, existem pontos de partida concretos para aliviar os problemas sociais de forma preventiva e proactiva e para exercer pressão sobre os níveis políticos mais elevados. Através da sua política de impostos e taxas, as autarquias locais podem estabelecer marcos importantes e combater a segregação social:

1. As receitas comunais provêm cada vez menos do imposto comunal sobre as actividades económicas (ICC), que incide sobre os lucros das empresas estabelecidas na comuna. No entanto, são as comunas que fixam a taxa do ICC, pelo que podem influenciar as suas próprias receitas através desta taxa. No entanto, desde há muitos anos, as autarquias tendem a aplicar taxas de ICC muito baixas para atrair as empresas, nomeadamente a cidade de Differdange. Além disso, a contribuição efectiva de cada empresa continua a ser ocultada ao município, o que faz com que esta parte historicamente importante das receitas municipais seja dominada pelo espírito neoliberal da concorrência e esteja constantemente a diminuir. Por isso, queremos alterar a lei para que o imposto sobre os lucros seja aumentado de forma generalizada e a sua cobrança seja transparente. Entretanto, esforçar-nos-emos por assegurar que o maior número possível de municípios concorde com um aumento harmonizado das taxas de imposto, e que a cidade de Differdange seja um deles.
2. Modular os impostos municipais e os preços das necessidades básicas (água, águas residuais, resíduos, electricidade, gás) de acordo com critérios sociais e ecológicos;
3. Criar um modelo de financiamento alternativo para garantir as receitas dos municípios sem aumentar os encargos globais para os cidadãos;
4. Aplicar critérios ecológicos, éticos e sociais a todas as aquisições efectuadas pela autarquia local.

2) Habitação a preços acessíveis para todos

O défice de habitação no Luxemburgo é dramático. Faltam habitações a preços acessíveis. Não se trata apenas de gerir a pobreza existente, mas de pôr em prática uma política social activa baseada numa habitação acessível para todos. As autarquias têm aqui oportunidades concretas de planeamento que devem aproveitar para apoiar activamente a construção de habitação. Para a cidade de Differdange, Déi Lénk propõe que :

1. A comuna comprometeu-se a aumentar o seu parque de habitações colectivas para, pelo menos, 10% (ou seja, cerca de 1200 habitações) do parque habitacional total até 2030 e a arrendá-las como habitação a preços acessíveis (estilo "Gravity");
2. A autarquia local está a utilizar plenamente o novo Pacte Logement 2.0 (Pacto de Habitação 2.0) para criar habitações de aluguer a preços acessíveis nos terrenos de que é proprietária. As autarquias são reembolsadas pelo Estado até 75% dos custos. Se a autarquia não dispuser de recursos para realizar ela própria estes projectos, pode também confiá-los a um promotor imobiliário público;
3. Não deve ser permitida a construção de habitações privadas em terrenos pertencentes às colectividades locais. As habitações de aluguer a preços acessíveis, que permanecem nas mãos da colectividade, e as habitações cooperativas devem ser as formas de propriedade reservadas a estes terrenos;
4. As habitações públicas de arrendamento pertencentes ao município devem também destinar-se, em particular, aos grupos sociais que têm mais dificuldade em aceder ao mercado da habitação devido aos seus baixos rendimentos (por exemplo, famílias monoparentais, famílias numerosas, pessoas com deficiência, beneficiários do REVIS, refugiados reconhecidos, etc.); a renda deve ser fixada em função do rendimento disponível dos inquilinos;
5. Devem também ser implementados projectos-piloto no município para responder às necessidades das pessoas socialmente excluídas (por exemplo, projectos "housing first" para os sem-abrigo);
6. A curto prazo, devem ser criados alojamentos de emergência comuns em cada comuna; actualmente, Differdange dispõe de muito poucos alojamentos de emergência permanentemente ocupados, apesar de a procura estar a aumentar constantemente;
7. A autarquia local deve reservar uma parte fixa do seu orçamento anual para a criação de alojamento público de proximidade (construção nova, aquisição com renovação ou reabilitação);
8. A comissão de arrendamento deve ser reforçada e promovida mais activamente pela administração municipal, para que possa desempenhar o seu papel de órgão local de conciliação em caso de litígio nas relações de arrendamento;
9. Os projectos de habitação alternativos (habitação intergeracional, alojamento partilhado, cooperativas de habitação, etc.), para os quais existem actualmente muitas iniciativas, devem ser incentivados de forma orientada pelas autoridades locais;

10. As zonas industriais abandonadas devem ser valorizadas. Para lutar contra a especulação fundiária, as autarquias locais deveriam tributar mais pesadamente as grandes extensões de terrenos com potencial de construção, que permanecem sem utilização durante muito tempo;
11. As casas devolutas devem ser valorizadas. As casas devolutas devem ser inventariadas prioritariamente. Se um imóvel estiver devoluto há mais de um ano sem justificação, as autoridades locais devem impor aos proprietários um imposto que será duplicado todos os anos. Se, apesar de todos estes esforços, for previsto um processo de expropriação temporária para permitir que o imóvel seja ocupado por um inquilino, o imóvel ocupado será devolvido ao seu proprietário numa data posterior;
12. Em alternativa, as casas vagas podem ser utilizadas através da AIS nacional (agência de habitação social) ou de uma equivalente local (por exemplo, a AIS Kordall). De um modo geral, a autarquia local deve prestar o melhor apoio possível aos prestadores de serviços de gestão do arrendamento social, como a AIS, que operam no município ou que pretendam fazê-lo;
13. A autarquia local deve introduzir o seu próprio rótulo para certificar a qualidade dos alojamentos mobilados. O rótulo garante igualmente que o locador está a oferecer o alojamento em conformidade com as disposições legais. O município pode igualmente fornecer uma lista pública desses alojamentos e/ou, se for caso disso, actuar como intermediário;
14. As actividades organizadas pela Airbnb e por plataformas semelhantes são regulamentadas e enumeradas.

3) Uma política social para a educação

O sistema educativo deve basear-se nas necessidades de desenvolvimento humano. Actualmente, o sistema educativo luxemburguês acentua as diferenças sociais, nomeadamente entre as crianças oriundas da imigração. Nos últimos anos, a atribuição de lugares de professor foi retirada das mãos das comunas e o Ministério da Educação está a seguir uma política de austeridade, normalizando o número médio de alunos por turma. Consequentemente, em alguns municípios, o número de alunos por turma aumenta de ano para ano. A condição fundamental para manter a qualidade das escolas públicas é, por conseguinte, a revisão destes regulamentos com o objectivo de reduzir o número médio de alunos por turma de 16 para 14. As comunas continuam a ser responsáveis pelos edifícios escolares, creches e muitos outros domínios, podendo tomar iniciativas concretas neste domínio e influenciar as políticas públicas em matéria de educação. Differdange é pioneira nas suas escolas graças a iniciativas tomadas a partir de baixo, por professores motivados que desejam oferecer às crianças oportunidades únicas de aprendizagem e desenvolvimento, como a "Natureschoul", a "Technischoul" e a "Kreativschoul". Seria desejável criar mais espaços públicos onde a criatividade e a aprendizagem não formal possam florescer. A

democracia e a solidariedade são necessárias tanto dentro como fora das escolas e dos centros de reinserção social.

A "educação" deve ser entendida aqui como um conceito global: da creche à aprendizagem ao longo da vida. É por isso que precisamos de :

1. Tornar-se um líder entre as autoridades locais na sensibilização para os direitos da criança, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas de 1994;
2. Melhorar a comunicação entre os pais, o pessoal docente e o pessoal dos centros de acolhimento para coordenar melhor o dia dos alunos;
3. Introduzir ou desenvolver sistematicamente escolas inclusivas gratuitas a tempo inteiro, estruturas de acolhimento adaptadas às necessidades das crianças, serviços pré-escolares e creches com o pessoal socioeducativo correspondente;
4. Construir novas escolas numa base descentralizada de acordo com o princípio da "escola de bairro"; é dada preferência à construção de pequenas escolas (1 a 2 ciclos completos de 9 anos; 150 a 300 crianças); a dimensão das escolas não excederá 3 ciclos completos (450 crianças);
5. No caso de novas construções, ter em conta a entidade escolar, ou seja, garantir que as escolas, incluindo os centros de reintegração social, não estejam dispersas por diferentes locais, mas limitadas a um único local;
6. Dar prioridade ao investimento em instalações escolares de qualidade;
7. Construir pelo menos uma segunda "Bëschrèche" (creche na floresta). Os locais potenciais a estudar são o "Carré Thillebiërg" e o "Beckleck";
8. Equipar todas as escolas, em quantidade suficiente, com material informático adequado para que todos os alunos possam utilizar todos os manuais escolares e sítios informáticos do sistema educativo nacional, a fim de adquirirem as competências previstas no programa de estudos;
9. Incentivar as crianças social e culturalmente desfavorecidas;
10. Oferecer ajuda e aconselhamento gratuitos aos pais em matéria de trabalhos de casa;
11. Garantir que todas as crianças possam participar em, pelo menos, dois campos de férias escolares durante a sua educação básica;
12. Promover a inclusão em todas as escolas para que sejam escolas para todas as crianças;
13. Equipar as escolas com laboratórios, cozinhas e oficinas que satisfaçam os requisitos educativos modernos e permitam uma aprendizagem prática;
14. Apoiar projectos educativos inovadores, manter a continuidade das equipas educativas aquando da criação da organização escolar e assegurar a avaliação de todos os projectos educativos;
15. Tornar as escolas "especializadas" (escolas naturais, escolas técnicas, etc.) acessíveis a todas as crianças que vivem no município e arredores;
16. Reintroduzir a natureza nos recintos escolares e nos espaços de vida das crianças; o espaço urbano deve deixar de ser uma barreira à comunicação com a natureza;

17. Desenvolver estruturas de co-decisão para professores, pais e filhos;
18. Criar uma "casa das línguas", que deverá funcionar como um local dedicado à aprendizagem das línguas e como um ponto de encontro entre diferentes gerações e culturas; dotar esta casa de serviços auxiliares (por exemplo, guarda de crianças, cozinha, café linguístico) para tornar a aprendizagem e os intercâmbios linguísticos tão eficazes e agradáveis quanto possível;
19. Oferece cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos;
20. Apoiar oportunidades de formação e de educação contínua para adultos (escolas de segunda oportunidade) ;
21. Organizar acções de formação em serviço para sensibilizar o pessoal docente e os educadores para as questões da migração e da igualdade de oportunidades, a fim de resistir a todas as ideologias tóxicas para a convivência, como o racismo, o sexismo, o fundamentalismo religioso, o anti-semitismo, a islamofobia, a xenofobia, etc.; oferecer a todos os professores instrumentos anti-racistas para trabalhar com as crianças;
22. Oferecer e incentivar cursos de formação contínua reconhecidos pelo Estado no domínio da educação de adultos, tendo em conta a situação linguística dos participantes;
23. Distribuir mais os lugares de professor obtidos através da quota entre as várias escolas do município, de acordo com critérios socioculturais e educativos, de modo a que a maior parte dos recursos seja utilizada onde é mais necessária;
24. Criar as condições em termos de instalações e de pessoal para garantir o acesso de todos os alunos às maisons relais que o solicitem e eliminar as listas de espera;
25. Assegurar que as cantinas escolares permaneçam sob controlo municipal, nomeadamente para facilitar a utilização de produtos locais, em especial os produtos das hortas, e para garantir a variedade e a qualidade dos pratos;
26. Melhorar o acesso às actividades musicais, artísticas e desportivas no seio das associações de Differdange para as crianças que frequentam os centros de acolhimento: adaptando os horários de funcionamento, disponibilizando pessoal de apoio, melhorando a colaboração com as instituições, associações, artistas e desportistas interessados;
27. Promover o jogo em relação a todas as partes envolvidas com as crianças, ou seja, pais, professores e pessoal educativo. Assegurar que as brincadeiras das crianças sejam respeitadas em todas as decisões municipais. Sempre que possível, redefinir as estradas como espaços de vida e de brincadeira. Criar zonas nas escolas e nas residências escolares que permitam às crianças brincar;
O jogo é um elemento essencial para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e dos jovens, ajudando-os a tornarem-se cidadãos responsáveis;
28. Criar uma biblioteca de jogos onde crianças e adultos possam jogar juntos e emprestar jogos num ambiente bem supervisionado que encoraje o jogo livre e os jogos de tabuleiro, promovendo assim a aprendizagem lúdica e os laços sociais entre culturas e gerações;

29. Conceber os recreios escolares de uma forma mais natural e ecológica, para que possam ser adaptados às necessidades lúdicas das crianças de todas as idades. Reintroduzir espaços verdes, terrenos variados e nivelados.

4) A vida estudantil em Differdange, uma oportunidade para a cidade

A presença das universidades (Miami e Lunex) e a proximidade da Universidade do Luxemburgo oferecem um grande potencial de vida na nossa comunidade. Temos de adaptar a nossa oferta às necessidades específicas das estudantes do sexo feminino.

1. A nossa autarquia deverá colocar à disposição das associações de estudantes espaços onde estes possam gerir de forma autónoma um café, um restaurante, uma sala de ensaios para grupos de música ou de teatro, pontos de encontro e de venda de material em segunda mão, oficinas de reciclagem e de reparação, bem como uma loja de fotocópias ou de lavagem de automóveis. Estas instalações deveriam ser criadas em concertação com as colectividades locais de Sanem e Esch e eventualmente co-financiadas por estas;
2. Queremos desenvolver mais habitações para estudantes a baixo custo, adaptadas às necessidades das comunidades habitacionais e das pessoas com necessidades especiais. Estes novos projectos de construção serão concebidos de acordo com modelos de habitação multi e intergeracional;
3. Com base na experiência escandinava e austríaca, queremos oferecer a estudantes do sexo feminino a oportunidade de trabalharem algumas horas por semana com os idosos da CIPA, em troca da oferta de alojamento a preços altamente subsidiados. É igualmente necessário promover a habitação intergeracional e encontrar o enquadramento jurídico necessário;
4. Os pais de alunos também devem poder usufruir de serviços para os seus filhos em creches;
5. Um guia com um mapa que contenha todas as informações importantes sobre a localização das estações de autocarros, Vël'OK, serviços administrativos, correios, farmácias, centros culturais e desportivos, espaços verdes, lojas, etc. deve ser elaborado especificamente para os estudantes.

5) Participação de todos na comunidade: das crianças aos idosos

Enquanto as crianças e os jovens são o futuro da nossa sociedade, os idosos representam a experiência da nossa sociedade. Em todos os domínios e situações da vida das pessoas - desde as crianças até aos idosos - as autoridades locais podem e devem tomar medidas adequadas para satisfazer as necessidades específicas de cada indivíduo e permitir que todos participem na comunidade:

1. Desenvolver um plano municipal para as crianças com objectivos concretos, prazos, recursos financeiros correspondentes e avaliações públicas regulares; as crianças devem ter a oportunidade de exprimir as suas necessidades e de participar no seu desenvolvimento; são necessários profissionais com formação para identificar e responder às necessidades das crianças;
2. Envolver as crianças e os jovens em todos os projectos que lhes dizem respeito, tais como as escolas, a gestão dos espaços públicos, as residências escolares, etc.; podem participar nos domínios que lhes dizem directamente respeito. Para o efeito, podem ser escolhidas várias formas de participação em função do contexto local. Devem sempre ser dotados de competências próprias e de meios financeiros para assegurar o seu bom funcionamento ("Kannerbüro", "Conseil Communal des Enfants", "Conseil Communal des Jeunes", grupos de jovens autogeridos, etc.);
3. Alargar a oferta de lazer da comunidade para as crianças durante as férias escolares;
4. Construir zonas de recreio para crianças em todas as zonas da cidade com a sua ajuda;
5. Criar, sempre que possível, ruas, praças e bairros sem carros, em alternativa, proibir temporariamente o acesso a essas ruas ou reduzir a velocidade do tráfego (Kannerspillstrooss/espaco partilhado);
6. Desenvolver um plano municipal para a juventude com objectivos concretos, prazos, recursos financeiros correspondentes e avaliações públicas regulares;
7. Criar equipamentos colectivos para os jovens (centros de juventude, locais de encontro para jovens, etc.) com espaço para a autonomia e a participação, incluindo no planeamento;
8. Alargar as actividades de lazer para os jovens;
9. Prestar apoio financeiro ou logístico a iniciativas de jovens que não sejam membros de uma associação;
10. Favorecer os encontros com jovens de outras culturas, por exemplo, no âmbito de intercâmbios com as nossas cidades geminadas;
11. Criar fóruns regulares de juventude para que os jovens possam apresentar as suas próprias propostas e necessidades no âmbito do debate público;
12. Incentivar o trabalho orientado para a juventude e introduzir medidas de apoio aos jovens socialmente desfavorecidos;
13. Alargar o serviço "trabalho de rua", cujo objectivo é prestar assistência social de proximidade e preventiva aos jovens;
14. Desenvolver uma política local de emprego para os jovens;

15. Criar mais alojamentos supervisionados para jovens, a fim de apoiar aqueles que já não podem viver com as suas famílias;
16. Promover projectos intergeracionais em todas as áreas da vida comunitária;
17. Organizar fóruns de cidadãos idosos para analisar as necessidades locais com a participação activa dos cidadãos idosos e das organizações que os representam;
18. Criar centros de dia comunitários descentralizados com uma gama correspondente de actividades de lazer;
19. Introduzir medidas que permitam às pessoas viver em casa de forma tão autónoma quanto possível (assistência domiciliária, alarme à distância, refeições sobre rodas, ajuda doméstica, assistência em matéria de transportes, etc.);
20. Proporcionar oportunidades de formação contínua aos cidadãos seniores e assegurar a sua participação na vida pública.

6) Uma política de luta contra a pobreza e a exclusão nas colectividades locais

Para Déi Lénk, o objectivo é combater as velhas e novas formas de pobreza e de exclusão através de conceitos e medidas coerentes:

1. Um relatório social municipal contínuo com objectivos de planeamento, calendários e avaliação regular das medidas adoptadas;
2. Uma política local de emprego que não se limite aos CIGL, que criam muito poucos postos de trabalho permanentes, mas que se estenda aos apoios (financeiros, contratos públicos, disponibilização de mão-de-obra e de formação, conhecimentos especializados, etc.) à economia social cooperativa e não lucrativa, sob a forma de hortas e vendas, mercearias solidárias, serviços artesanais, etc;
3. Infra-estruturas colectivas para consultórios médicos e paramédicos em edifícios públicos, bem como a manutenção de um serviço médico de base (policlínica) no hospital de Niederkorn;
4. Iniciativas para prevenir a dependência e ajudar as pessoas dependentes ;
5. Abrigos para os sem-abrigo (abrigo nocturnos, centros de dia), com pessoal qualificado e acompanhamento individual, com o objectivo de uma participação equitativa na vida social;
6. Serviços sociais que se dotem de meios não para gerir as pessoas que lhes são confiadas como meros "clientes", mas que lhes dêem também os meios para defender os seus próprios direitos enquanto inquilinos, trabalhadores e beneficiários da segurança social;
7. A participação colectiva das pessoas nas orientações e decisões de política social que lhes dizem respeito, com acompanhamento das reivindicações apresentadas.

7) Melhores condições de trabalho

A autarquia local tem um papel importante a desempenhar na política local de emprego e na luta contra o aumento do desemprego e a precariedade dos contratos de trabalho. déi Lénk opõe-se a qualquer degradação das condições de trabalho do pessoal das autarquias locais e solicita, por conseguinte, as seguintes medidas

1. Manter e criar empregos qualificados, seguros, sustentáveis e inclusivos no município através da expansão dos serviços públicos;
2. Criar comités de utilizadores que possam ser consultados sobre a concepção de serviços municipais como os transportes, as redes de energia ou os serviços sociais; sempre que possível, associá-los à definição dos procedimentos internos de trabalho;
3. Rejeitar a oferta do Estado de mão-de-obra barata e precária e criar empregos ao abrigo de convenções colectivas ou estatutos. Os empregos na função pública devem continuar a ser preenchidos por funcionários públicos;
4. Desempenhar um papel pioneiro na redução do horário de trabalho;
5. Não subcontratação de pessoal municipal a empresas privadas;
6. Proporcionar às pessoas que contrata, em condições de REVIS ou de subsídio de desemprego, uma formação contínua no domínio em que trabalham e oferecer-lhes uma perspectiva de emprego permanente;
7. Contratar mais pessoas com necessidades especiais e prever as adaptações necessárias para estes postos de trabalho em termos de infra-estruturas, mas também de sensibilização e formação do pessoal da equipa em causa.

8) Uma política cultural participativa

Uma política cultural progressista tem por objectivo incentivar a criatividade, ensinar o reconhecimento e o respeito pelos outros e criar e reforçar a consciência da própria história. Em vez de nos limitarmos a consumir as artes e a cultura, devemos preferir a participação activa, iniciando e promovendo projectos culturais participativos para os cidadãos e projectos inclusivos. A participação e a inclusão devem ser os principais critérios para o apoio financeiro a projectos e estruturas culturais.

Isto significa:

1. Apoiar activamente os artistas locais, envolvendo-os na comunidade local a médio prazo (residências artísticas, comissões, organização de festivais, etc.);
2. Apoiar mais as associações culturais locais, por exemplo, através da introdução de regras e tarifas mais favoráveis para o aluguer de salas. Actualmente, cada associação tem acesso gratuito à mesma sala, no máximo, uma vez por ano. Em muitos casos, isto não é suficiente. Por exemplo, a Harmonie Municipale de Differdange deveria poder utilizar o "Aalt Stadhaus" várias vezes por ano, e a Fanfare de Niederkorn várias vezes por ano no Hall sportif de Niederkorn;
3. ^{ième}A renovação da sala de música no centro de Differdange está planeada para o 150º aniversário em 2026;
4. Introduzir preços socialmente aceitáveis para eventos culturais;
5. Promoção equitativa da cultura "erudita" e "alternativa";
6. Incentivar as iniciativas não comerciais;
7. Tornar o "Kulturpass", que visa simplificar o acesso a eventos culturais, universalmente acessível e promovê-lo activamente;
8. Nas manifestações culturais organizadas pelo município, o "cartão de deficiente" e o cartão de estudante deveriam dar direito a uma redução substancial dos preços em todos os locais;
9. Ao envolver a população no processo de planeamento, a oferta cultural deve corresponder e reflectir a diversidade cultural da população dos municípios;
10. Alargar a oferta cultural nas escolas e incentivar a criatividade das crianças e dos jovens, tendo em conta as suas ideias e necessidades; estabelecer critérios quantitativos e qualitativos para esta oferta; apoiar projectos como o "Kreativschoul" e alargar a oferta nos centros de acolhimento;
11. Maior desenvolvimento da programação cultural para crianças: O "Poppespännchen" em Lasauvage é uma iniciativa existente que deve ser reforçada e apoiada e que deve ser acompanhada de um programa destinado às famílias e às crianças, o que constituiria uma "imagem de marca" cultural de Differdange.
12. Organizar e promover eventos culturais através de centros de juventude;

13. Estabelecer um plano municipal de desenvolvimento cultural para os grandes municípios e organizar regularmente conferências culturais com os cidadãos para definir as prioridades da política cultural municipal;
14. Incentivar a criação de terceiros lugares culturais, espaços de vida que encorajem e acolham uma diversidade de iniciativas e que participem numa dinâmica colectiva destinada a ancorar a cultura no território. Em toda a Europa, museus, espaços industriais abandonados e centros culturais estão a ser redesenhados e transformados em terceiros lugares culturais;
15. Manter o desenvolvimento do 1535° Creative Hub e criar mais ligações urbanas e intercâmbios sociais e culturais entre o local e o bairro de Fousbann, bem como em direcção ao centro de Differdange;
16. Alargar a oferta cultural nas escolas e promover a criatividade das crianças e dos jovens, integrando as suas ideias e necessidades. A construção de salas funcionais e criativas na nova Praça Nelson Mandela (Aalt Stadhaus) criará o quadro infra-estrutural adequado;
17. O Centre Culturel de Rencontre Abbaye de Neumünster e Les Rotondes são duas estruturas culturais nacionais com programas dedicados às crianças: Festival de Contos, espectáculos para crianças, ofertas escolares e dias como "Moolt ons een...", "PICelectroNIC"... . Podem ser previstas parcerias estratégicas com eles. O "Aalt Stadhaus" pode programar as suas produções, valorizando as produções luxemburguesas e mobilizando a região e o panorama cultural regional e nacional;
18. Assegurar que a cultura tenha lugar nas ruas e praças dos nossos bairros, retirar a cultura dos espaços especializados sempre que possível, envolver os cidadãos em projectos culturais; instalar espaços lúdicos urbanos para favorecer os encontros espontâneos (tabuleiro de xadrez à escala humana, petanca, etc.);
19. Actividades divertidas, criativas e amigáveis durante o Verão para os residentes que permanecem na comunidade.

9) Maior segurança graças a um sistema social que funciona

O objectivo é responder ao direito legítimo dos cidadãos à segurança. No entanto, a "segurança" não pode, em caso algum, ser acompanhada de uma restrição dos direitos dos cidadãos. Para Déi Lénk, a "segurança" é, antes de mais, o resultado de um tecido social funcional, bem como a base da realização individual. Inclui os seguintes aspectos:

1. A responsabilidade pela segurança deve permanecer com as autoridades locais e não ser confiada a empresas de segurança privadas;
2. Desenvolver projectos de prevenção de acordo com planos de segurança locais elaborados em conjunto com a polícia, o Ministério Público e os serviços sociais, no sentido de uma "polícia de proximidade", uma polícia descentralizada e próxima dos cidadãos;
3. Ausência de videovigilância dos espaços públicos: as câmaras não impedem o crime; limitam-se a deslocar os locais críticos;
4. Criar um conselho local de prevenção e gestão de conflitos com a participação dos habitantes e comerciantes locais;
5. Promoção orientada de projectos escolares que transmitam valores fundamentais como a cooperação, a solidariedade, a democracia, a não-violência e o respeito;
6. Reforço e desenvolvimento da capacidade de resolução de conflitos e de cooperação das crianças e dos jovens, bem como formação contra a agressão, reforço da auto-estima dos alunos e criação de um clima social na escola; oferta de cursos de defesa a raparigas e mulheres de todas as idades;
7. Iluminação pública adequada: tornar os corredores, as entradas e saídas, os acessos aos edifícios, as zonas de recreio e os acessos aos parques de estacionamento e aos parques de estacionamento cobertos deliberadamente visíveis do ponto de vista da segurança;
8. Animar o espaço público: evitar as mono-estruturas, como a utilização de certas zonas do bairro exclusivamente para habitação ou trabalho, pode contribuir para a segurança;
9. Criar estruturas de acolhimento para os toxicodependentes. Desenvolver um sentimento de coabitação baseado no respeito mútuo através do trabalho de rua, da informação e da mediação. Criar alojamentos apoiados "housing first" para os sem-abrigo, a fim de lhes permitir escapar à espiral negativa da marginalização e, se for caso disso, da toxicodependência.

D) "KANNERSTAD DEIFFERDENG" - uma visão global para a revitalização da cidade

Muitas crianças vivem em Differdange e o município tem muito a oferecer às crianças que aqui vivem e às que nos visitam. Mas isso não é pensado, não é concertado e não é suficientemente valorizado. "Differdange - a cidade das crianças" é uma nova visão para Differdange, a visão de uma cidade com e para todos, que não esquece a sua própria população. Todos os partidos que formaram as maiorias das duas últimas décadas estiveram durante muito tempo obcecados com a ideia de que Differdange precisava de ser modernizada e, acima de tudo, tornada atractiva para as pessoas mais ricas. Aparentemente, o reforço do comércio local só pode ser feito atraindo jovens famílias das classes média e alta. É por isso que os Vert-Rouge-Noir-Bleu não constroem em Differdange um número suficiente de habitações para alugar a preços acessíveis! Pelo contrário, tornar o município mais atractivo sem acompanhar este processo de uma política de habitação coerente conduzirá a um aumento acentuado dos preços da habitação.

Ora, a visão de Déi Lénk para Differdange "Differdange - a cidade das crianças", mostra um outro caminho, o caminho que permitirá a toda a população actual, qualquer que seja o seu estatuto social, participar na mudança do município e contribuir para um novo boom do comércio local, mas sobretudo de um melhor bem-estar para todos.

Differdange tornar-se-á mais atraente para os visitantes e também para os novos residentes, mas, ao mesmo tempo, Differdange não forçará nenhum dos actuais residentes a abandonar Differdange devido aos preços da habitação.

1) Postura e atitude

O essencial é mudar a nossa atitude e a nossa postura (pais, políticos, educadores, urbanistas, construtores de parques infantis, comerciantes, donos de restaurantes, etc.), ou alargá-la, se já estiver a caminhar no sentido da autodeterminação das crianças. A forma como planeamos o espaço, desenhamos as ruas, os parques, as praças, as escolas - as regras, as proibições, etc. - são todos elementos que testemunham o papel que atribuímos às crianças na vida quotidiana, e é essencial que as vejamos não como objectos, como futuros recursos humanos produtivos ou como consumidores passivos, mas como actores e sujeitos activos, pessoas de pleno direito que devem ser envolvidas nas pequenas e grandes decisões que lhes dizem respeito, sem as deixarmos sozinhas e acabando por as desempoderar enquanto adultos. São essenciais relações autênticas baseadas na escuta mútua como iguais.

2) Kannerbüro

Uma "ferramenta" e um "fórum" essenciais para avançar em direcção à visão da "Kannerstad" é o Kannerbüro, baseado no modelo que foi implementado com sucesso em Wiltz durante muitos anos. Aqui, o pessoal educativo estabelece uma relação com as crianças e apoia-as na concretização das suas ideias e projectos. Este gabinete proporciona um espaço para as crianças darem forma às suas próprias ideias e estabelece um quadro e um apoio para o contacto com os vários organismos envolvidos na vida da comunidade (políticos, escolas, associações, etc.). O Kannerbüro será também o melhor local para apoiar o conselho local das crianças e reformá-lo de modo a que não reproduza o mundo dos adultos mas se adapte melhor às crianças.

3) Habitação

A construção ou aquisição de 1200 casas de aluguer social para oferecer, prioritariamente, às famílias que já vivem em Differdange há vários anos, uma habitação a preços acessíveis e espaços tranquilos e seguros para os seus filhos. Com estas melhores condições de vida e de aprendizagem, torna-se possível um futuro melhor para as crianças. Ao reduzir o custo do aluguer para os pais, será incentivado um consumo local de qualidade e as pequenas empresas locais serão beneficiadas.

O consumo local e a qualidade serão incentivados pela redução das rendas para os pais. As pequenas empresas locais serão beneficiadas.

4) Mobilidade

Com uma maior ênfase nos transportes públicos, nas bicicletas e nas deslocações a pé, as crianças poderão de novo deslocar-se na sua comunidade, que se tornará gradualmente um lugar para viver em vez de um lugar de perigo e stress. No âmbito da iniciativa "Sëchere Schoulwee", os caminhos que conduzem à escola serão melhorados, assim como os caminhos que permitem às crianças desfrutar das suas bicicletas. Por exemplo, o cruzamento da Route de Belvaux, perto da estação de correios de Oberkorn, necessita da presença de funcionários municipais ou de semáforos para tornar mais seguro este cruzamento fundamental para o Bock. A iniciativa de um comité escolar ou de uma associação de pais a favor de um autocarro escolar pedestre será resolutamente apoiada pela cidade: o município deve assumir as suas responsabilidades essenciais, mesmo que isso custe dinheiro. Podem também ser concebidos modelos diferentes. Através de uma campanha de sensibilização, os pais serão mais consciencializados para a necessidade de evitar levar os filhos à escola de carro, pois o trânsito à volta da escola gera grandes perigos.

5) Intergeracional

As crianças precisam de adultos que tenham tempo para elas e têm curiosidade em aprender a fazer coisas com as suas próprias mãos. As pessoas mais velhas ainda estão muito conscientes disso e muitas, se não todas, têm mais tempo livre do que a geração "activa" e gostariam de reforçar os seus laços sociais e transmitir os seus conhecimentos. Déi Lénk repensa a segregação das gerações e torna o contacto entre crianças e idosos parte da vida quotidiana. Por exemplo, muitas crianças que vivem em casas de acolhimento não podem participar em aulas, sessões de treino ou actividades num clube ou numa escola de música porque não há transporte. Muitas pessoas idosas viveram para o desporto, a música ou outro passatempo. Podem ainda estar envolvidos num clube e teriam todo o gosto em patrocinar uma criança para o transporte de e para a sua actividade.

6) Educação

Differdange é uma cidade pioneira no que diz respeito às suas escolas, graças a iniciativas tomadas desde o início por professores motivados, capazes de oferecer às crianças oportunidades únicas de aprendizagem e desenvolvimento, como a "Naturschoul" e a "Technischoul". Esta oferta foi completada por uma "Vëllosschoul" e uma "Konschtschoul" e déi Lénk propõe-se criar também uma "Kachsoul", porque cada vez menos crianças têm a oportunidade de ver e aprender a cozinhar. Além disso, nos tempos que correm, é particularmente importante disponibilizar os recursos para a educação para os media, que se centrará no desenvolvimento de uma abordagem crítica dos meios de comunicação social, bem como na sua utilização responsável, aprendendo a utilizar ferramentas práticas (rádio, vídeo, redes sociais, jornais), tirando partido da localização de vários meios de comunicação social em Differdange.

Juntamente com o pessoal educativo, vamos reeditar a pasta "Kanner entdecken hir Gemeng" e complementá-la com um sítio Web educativo interactivo. Será produzida uma banda desenhada que contará a história de Differdange. O Centro de Ciência deve fazer parte de um conceito global, apoiado e tido em conta em benefício da educação científica das crianças.

7) Espaços naturais para o desenvolvimento em total liberdade

O melhor recreio para as crianças continua a ser a natureza, os espaços verdes na natureza ou nos parques. Cada minuto passado debaixo de árvores contribui para um melhor equilíbrio humano, como demonstram estudos e práticas nos países asiáticos. Assim, preservar, alargar e distribuir os espaços verdes na cidade é também vital para o desenvolvimento das crianças.

Os nossos filhos são sobrecarregados por uma infinidade de ofertas: por um lado, parques infantis temáticos regulamentados e horários estruturados e, por outro, poucos espaços naturais e horários variáveis para brincar livremente. Mais uma vez, temos de permitir que as nossas crianças cresçam calma e espontaneamente, para que possam tornar-se adultos equilibrados e responsáveis.

Para além de áreas de jogo regulamentadas, as crianças precisam de espaços naturais onde possam circular livremente e desenvolver uma consciência da natureza à medida que as estações mudam.

Os espaços de jardinagem urbana devem ser organizados e supervisionados de modo a tornarem-se verdadeiras hortas comunitárias, integradas nos horários das escolas e em eventuais actividades de lazer (em centros de reintegração ou noutros locais). A criação de um parque de vida selvagem ou de uma quinta com animais domésticos poderia constituir um ponto de encontro suplementar para jovens e idosos. Inspiração: www.naturgarten.org

Dei Lénk está a planear um novo parque em Woiwer, por exemplo.

8) Espaços abertos

A elaboração de um plano de localização dos espaços públicos concebidos e adaptados para as crianças e os jovens contribuiria para a criação de espaços abertos suplementares.

9) Turismo

O Fond-de-Gras é único e uma grande atracção para as crianças. Deverá ser associado a novos projectos, como o Centro de Ciência, que apoiamos e que deverá desenvolver uma oferta para adultos e crianças a partir dos 3 anos, à semelhança de muitos bons exemplos no estrangeiro (Salzburgo, Munique, Dublin...). A antiga estação será transformada num museu ferroviário para crianças, com modelos de comboios de todas as épocas. A partir daí, um pequeno comboio percorrerá os carris até Thillebiere e à mina de Grouwen, onde serão efectuadas visitas regulares. Em Differdange, será montado um mini-Differdange, uma reprodução lúdica da cidade e do Luxemburgo em miniatura.

10) Gastronomia

Os cafés e os restaurantes serão convidados e aconselhados a adaptar as suas infra-estruturas e o seu menu às famílias com crianças de todas as idades: estacionamento para carrinhos de bebé, fraldários acessíveis a ambos os pais, menus variados para crianças, áreas de jogo, um conjunto de trabalhos manuais e de desenho em Differdange, etc. serão propostos. A instalação de um "café-restaurante familiar", que poderá assemelhar-se mais a um parque infantil interior do que a um café-restaurante tradicional, será única no Luxemburgo.

11) Comércio

A visão "Déifferdeng Kannerstad" constitui uma oportunidade única para as empresas. Poderão ser criadas lojas especializadas e só através de uma oferta única é que o comércio local terá a possibilidade de evitar o seu desaparecimento face à concorrência da Auchan. Uma loja para bebés e crianças já se instalou aqui, e o posicionamento da cidade desta forma irá certamente ajudá-la.

12) Cultura

O "Aalt Stadhaus" intitula-se "centro cultural regional", mas os eventos que conseguem mobilizar a região são raros e o salão está frequentemente vazio. A sua biblioteca, por outro lado, procura um equivalente na região com as suas leituras mensais para crianças, que têm grande sucesso. É necessário desenvolver mais programação para as crianças, à semelhança do que é oferecido no Norte e no Centro do país: oficinas de teatro, espectáculos de teatro, concertos para crianças, jornadas de desenho e de música para famílias com crianças.... . O "Poppespännchen" em Lasauvage é uma iniciativa deste tipo, já presente, que deve ser reforçada e apoiada e que, juntamente com uma programação direccionada para as famílias e as crianças, deve constituir uma "imagem de marca" cultural para Differdange.

13) Cultura e integração

A cultura não se limita aos grandes eventos e à arte exposta nas galerias. Deve ser também a linguagem universal que permite a uma comunidade como a nossa cidade cultivar as relações entre os habitantes e alimentar a identidade dos habitantes de Differdange. As nossas procissões da Quermesse, de Saint-Nicolas ou da Fête Nationale pouco mudaram. Em vez de incluir as crianças de uma forma diferente, mas também a população em geral, reduzimo-nos a um desfile de associações e de forças vitais. déi Lénk identificará uma procissão por ano, cujo objectivo será mobilizar todos os habitantes do município, de todas as idades, em torno de um tema comum e preparar uma procissão como uma produção colectiva. As celebrações serão igualmente revistas para que deixem de ser dirigidas a grupos populacionais distintos e passem a acolher todas as nacionalidades e todas as idades. Alguns exemplos de aplicação desta abordagem são: o relançamento do "Lichtmëssdag" (festa das velas) através da transmissão de conhecimentos sobre esta tradição, o início da colaboração entre os centros de reinserção social e as bandas municipais para voltar a incluir as crianças na "Hämmelsmarch"... .

14) Design4all

Uma das prioridades será conceber a comunidade e os seus edifícios de modo a que todos - bebés em carrinhos de bebé, crianças, idosos e pessoas com deficiência - possam deslocar-se com facilidade e independência. Por exemplo, o rebaixamento sistemático dos passeios ajudará um pai com um carrinho de bebé, uma criança que acabou de aprender a andar de bicicleta ou uma pessoa em cadeira de rodas.

15) Áreas de jogo

Todos os espaços lúdicos, que muitas vezes parecem mais atractivos para o observador do que para a criança que brinca, devem ser revistos pelos educadores lúdicos e adaptados em termos de disposição e concepção. No futuro, nenhum espaço lúdico será escolhido de um catálogo ou proposto por pessoas não qualificadas neste domínio. Serão criados espaços de movimento e de jogo no interior e no exterior, incluindo um parque de escalada e um espaço de jogo interior "alternativo". No futuro, haverá mais espaços de jogo para os mais pequenos, por exemplo em Lasauvage, mas também em cada localidade haverá pelo menos um espaço de jogo para todas as idades. Será criado, sob supervisão, um espaço lúdico de "estaleiro" para crianças (Bauspielplatz). Aqui, as crianças podem efectivamente construir com madeira, pedras e outros materiais.

É igualmente necessário instalar fontes de água potável e distribuidores de protector solar nos nossos parques (Parc Gerlache e Parc de la Chiers) para garantir que as crianças que, por vezes, ficam lá durante todo o dia no Verão bebem água suficiente e estão protegidas.

É necessário alargar a gama de actividades e jogos disponíveis nos nossos parques durante o período de férias, especialmente no Verão, e associar estas actividades ao trabalho de rua.

16) Acolhimento de crianças

Ainda há muito a fazer em Differdange para melhorar a qualidade das estruturas de acolhimento de crianças. Há muito espaço para muitas crianças, mas não é suficiente. Acima de tudo, há falta de pessoal com condições de trabalho suficientemente boas para garantir que não mudam constantemente. As crianças precisam de uma abordagem pedagógica que vise relações de qualidade e estáveis com pessoal qualificado. Somos a favor do conceito de ensino "Weltatelier", que dá às crianças maior autonomia e liberdade de escolha, mas não concordamos com a falta de formação do pessoal que tem de o implementar. As bases não foram lançadas. O pessoal será capaz de fazer um melhor trabalho se se sentir apoiado e de acordo com a base do seu trabalho. Será igualmente necessário diversificar a oferta de acolhimento de crianças, incluindo um local onde os pais possam vir com os seus filhos e permitir-lhes ficar menos isolados, estar em contacto com outras crianças ou outros pais e com um profissional.

17) Assistentes parentais, "Bébé+" e creches

Os assistentes parentais deveriam ser integrados numa estratégia de acolhimento das autarquias locais, com acesso a equipamentos e actividades colectivas (Technikschoul, Naturschoul, parque infantil coberto, etc.). Deveria ser aberta em cada localidade uma creche pública gerida pela colectividade local, com lugares para os filhos dos funcionários da colectividade local.

O projecto "Bébé+" em cooperação com a Initiativ Liewensufank deve ser prosseguido. O contacto inicial por carta deve ser revisto. As marcações devem ser mais flexíveis. Deve ser introduzido um sistema de registo em linha, bem como uma redacção menos sugestiva da carta.

18) Promover e alargar as boas iniciativas existentes

A Technikschoul e a Naturschoul deveriam estar abertas a todos, e não apenas às turmas escolares e aos grupos dos centros de acolhimento. Os visitantes e as crianças que não frequentam a escola em Differdange (por exemplo, os que estão no SIA) poderiam divertir-se com os seus filhos através de visitas ou de cursos de inscrição aberta, supervisionados por pessoal adicional. O "Conseil Communal des Enfants" deveria incluir mais faixas etárias e crianças que não estão inscritas na escola de Differdangeoise. A residência deve ser tida em conta e não a frequência escolar.

19) Confiança e responsabilidade para uma maior participação

As crianças são os adultos de amanhã. Elas têm o direito de expressar suas opiniões e estão prontas para assumir responsabilidades. Differdange só será um município amigo das crianças se lhes confiarmos responsabilidades. É por isso que exigimos promover a participação directa das crianças e dos jovens nos processos de decisão e dar grande importância à transmissão da nossa estrutura social e da nossa democracia na educação dos mais jovens.

- A "Comissão das Crianças" e a "Comissão da Juventude", recentemente organizadas, desenvolverão propostas de participação em conjunto com as crianças e os jovens, que serão apresentadas ao conselho local para que possam ser incorporadas nas suas decisões.
- Um folheto explicativo numa linguagem adequada às crianças e aos jovens deve descrever o funcionamento das instituições democráticas do município e as possibilidades de participação. Este documento deve ser elaborado com o apoio das crianças, do pessoal das escolas e dos centros de reinserção social, bem como dos serviços municipais.
- Precisamos de mais creches públicas.

- Devem ser desenvolvidos projectos pedagógicos inovadores e os projectos existentes devem beneficiar da continuidade das equipas pedagógicas.
- Juntamente com o pessoal educativo, vamos reeditar a pasta "Kanner entdecken hir Gemeng" e complementá-la com um sítio Web educativo interactivo. Será produzida uma banda desenhada que explica a história de Differdange.
- O Centro de Ciência continua a ser, por si só, uma oferta importante para Differdange, mas é necessário assegurar uma governação isenta de conflitos de interesses e garantir que nenhuma empresa privada ou indivíduo obtenha lucros essencialmente com o dinheiro dos contribuintes. Logo que este aspecto da governação e do financiamento esteja resolvido, o Centro de Ciência deverá ser incluído num conceito global e tomado em consideração em prol da educação científica das crianças.
- Criar uma ludoteca que permita às crianças e aos adultos brincarem juntos e emprestem jogos num ambiente bem supervisionado que favoreça o jogo livre e os jogos de tabuleiro, promovendo assim a aprendizagem lúdica e os laços sociais entre culturas e gerações;
- As associações locais de desporto, música e lazer devem participar em projectos educativos e garantir o trabalho das gerações mais jovens.

20) Serviço transversal "Cidade para as Crianças

A longo prazo, será necessário criar um serviço "Cidade das Crianças", com pessoal das áreas da educação e da comunicação, especializado sobretudo no trabalho interdisciplinar e participativo com todos os outros serviços municipais, a escola, o Minettpark e as associações, para coordenar e conceptualizar o desenvolvimento da cidade com e para as crianças, em cooperação com todos os actores envolvidos.

(A igualdade dos géneros foi respeitada neste texto, alternando a utilização das terminações dos géneros feminino e masculino).